



PREFEITURA DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

006. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 60 minutos do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de números 01 a 03.



(Bill Waterson, "O Melhor de Calvin". <https://cultura.estadao.com.br/quadrinhos>, 06.05.2020)

01. A fala dirigida ao menino no 4º quadrinho está estruturada com verbo no modo
- (A) imperativo e consiste em um conselho ao garoto.
 - (B) indicativo e consiste em uma solicitação ao garoto.
 - (C) subjuntivo e consiste em um pedido ao garoto.
 - (D) indicativo e consiste em uma ordem ao garoto.
 - (E) imperativo e consiste em uma advertência ao garoto.
02. Em conformidade com a norma-padrão e com o sentido da tira, a fala do último quadrinho está corretamente parafraseada em:
- (A) Esta escola tem cadeiras nas quais não se encontra encostos para a cabeça! Eu devia processar ela por lesão na cervical.
 - (B) Esta escola tem cadeiras nas quais não existe encostos para a cabeça! Eu devia processar-lhe por lesão na cervical.
 - (C) Esta escola tem cadeiras nas quais não há encostos para a cabeça! Eu devia processá-la por lesão na cervical.
 - (D) Esta escola tem cadeiras nas quais não há encostos para a cabeça! Eu devia processar-lhe por lesão na cervical.
 - (E) Esta escola tem cadeiras nas quais não existem encostos para a cabeça! Eu devia processar ela por lesão na cervical.
03. Na oração – Eu devia processar a escola **por** lesão na cervical –, a preposição destacada forma uma expressão em que o sentido é de
- (A) lugar.
 - (B) comparação.
 - (C) causa.
 - (D) finalidade.
 - (E) consequência.

Leia o texto para responder às questões de números **04 a 07**.

Uma crise sem precedentes exige respostas sem precedentes. O papa Francisco afirmou “que este talvez seja o tempo de considerar uma renda mínima universal”. Programas como o Bolsa Família, por mais imperfeitos que sejam, podem servir de modelo a muitos países. Uma dúzia de nações está experimentando algo do gênero. A Espanha caminha para implementar um programa permanente para os mais pobres, e mesmo os EUA estão distribuindo cheques de US\$ 1.200 aos mais vulneráveis. “Se os países pobres devem visar uma renda mínima universal além da crise é uma questão em aberto”, disse em editorial o jornal *Financial Times*. “Implementá-la temporariamente dará informações úteis para fazer a escolha depois. Mas, acima de tudo, os governos devem aos seus cidadãos mais pobres um salvavidas incondicional já.” A comunidade internacional deveria pensar de maneira análoga em relação aos seus membros mais pobres. A verdade é que, na crise, não estamos “todos juntos”, mas, se indivíduos, organizações e governos seguirem a máxima moral – “aja como se estivéssemos todos juntos” –, talvez saiam dela menos separados.

(<https://opinioao.estadao.com.br>, 11.05.2020. Adaptado)

04. De acordo com o editorial, conclui-se corretamente que

- (A) a renda mínima aos mais vulneráveis é uma forma de dar-lhes assistência e diminuir, de certa forma, a distância social.
- (B) a comunidade internacional tem muito pouco interesse em ajudar os mais pobres por meio de uma renda mínima mensal.
- (C) o Programa Bolsa Família tem chances remotas de servir de modelo a outros países em razão de sua imperfeição.
- (D) a renda mínima aos mais pobres deve ser uma proposta bem construída, por isso é inviável sua implementação imediata.
- (E) a manutenção dos menos favorecidos sem uma renda mínima assistencial é o que tende a acontecer no mundo todo.

05. A frase – Uma crise sem precedentes exige respostas sem precedentes. – mostra que a situação de excepcionalidade deve ser tratada em função

- (A) de outras situações catastróficas vividas pela humanidade.
- (B) do inusitado e da urgência da situação vivida atualmente.
- (C) das lições difíceis vividas no passado recente da humanidade.
- (D) da comparação com histórias presentes no mundo ficcional.
- (E) das ações de países ricos no enfrentamento da pandemia.

06. Considere os enunciados:

- “Se os países pobres devem **visar** uma renda mínima universal além da crise é uma questão em aberto”...
- A comunidade internacional deveria pensar de maneira **análoga** em relação aos seus membros mais pobres.
- ... se indivíduos, organizações e governos seguirem a **máxima** moral...

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) ter por anseio; concomitante; lei.
- (B) ter por obrigação; destoante; ordenamento.
- (C) ter por finalidade; plausível; desejo.
- (D) ter por objetivo; semelhante; preceito.
- (E) ter por responsabilidade; afim; intenção.

07. No trecho final do texto – A verdade é que, na crise, não estamos “todos juntos”, **mas, se** indivíduos, organizações e governos seguirem a máxima moral – “aja como se estivéssemos todos juntos” –, **talvez** saiam dela menos separados. –, os termos destacados expressam, correta e respectivamente, sentido de:

- (A) adversidade; condição; dúvida.
- (B) conformidade; causa; modo.
- (C) conclusão; comparação; lugar.
- (D) alternância; causa; modo.
- (E) comparação; condição; certeza.

Leia o texto para responder às questões de números **08 a 10**.

Não se precisa ser um Matusalém¹ para saber que houve um tempo em que nesta heroica e leal cidade todos nós nos conhecíamos. Dizíamos adeusinho uns para os outros, de calçada para calçada; às vezes até recomendávamos com muito carinho: “Vá pela sombra! Deus o acompanhe! Vá devagarinho: olhe que devagar se vai ao longe! Quem corre cansa, quem espera sempre alcança!...” Como era bonito o Rio, naquele tempo! Até parecia a Ilha do Nanja!

Creio, sim, que todos se conheciam naquele tempo: de modo que já se sabia quem era ladrão ou bêbedo. E não havia outros defeitos, além desses. Falava-se de “ladrão de casaca”, um tipo de fazer sonhar as crianças, de se incorporar ao Folclore ou à Mitologia, ao lado de Mefistófeles, Barba Azul, o Saci Pererê... enfim, entidades simbólicas mas inverossímeis. Todos se conheciam e tomavam as devidas precauções, como em geral se faz, quando se conhece alguém. Mas hoje?... Como vamos conhecer todos os nossos concidadãos? São filas e filas... – para o bonde, para o ônibus, para o refresco, para os remédios, para o cinema, para o circo e então para o teatro nem se fala.

(Cecília Meireles, “Aberrações do Número”. *Escolha o seu Sonho*. Adaptado)

¹ Patriarca bíblico conhecido por ser o homem de mais longevidade de toda a Bíblia, pois teria vivido 969 anos.

08. É correto afirmar que o narrador

- (A) engrandece o Rio com suas filhas, onde há mais carinho que antigamente.
- (B) acredita que as pessoas do Rio mantêm o carinho entre si como outrora.
- (C) execra o Rio, onde viver é um desafio, como em tempos passados.
- (D) exalta o Rio de outro tempo, quando todas as pessoas se conheciam.
- (E) opõe o passado do Rio ao seu presente, sem ter opinião sobre a cidade.

09. No trecho do 1º parágrafo – ... às vezes até recomendávamos com muito carinho: “Vá pela sombra! Deus o acompanhe! Vá devagarinho: olhe que devagar se vai ao longe! Quem corre cansa, quem espera sempre alcança!...” –, o termo que comprova a ideia de carinho expressa pelo narrador é:

- (A) Vá.
- (B) devagarinho.
- (C) Quem.
- (D) cansa.
- (E) sempre.

10. No Rio, dizíamos adeusinho uns para os outros, de calçada _____ calçada. Naquele tempo, a cidade era semelhante _____ Ilha do Nanja. Hoje, com as filas, é até custoso ir _____ teatro.

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas do enunciado devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) a ... à ... no
- (B) à ... à ... no
- (C) a ... a ... no
- (D) à ... a ... ao
- (E) a ... à ... ao

11. A professora Márcia tem 3,6 m de fita na cor azul e 2,4 m de fita na cor amarela e precisa cortar ambas as fitas em pedaços de mesmo tamanho, o maior possível, sem desperdício. Após cortar as fitas, ela precisará dividir cada pedaço em 3 partes de tamanhos iguais. Terminada essa divisão, o número de pedaços de fita na cor azul excederá o número de pedaços de fita na cor amarela em

- (A) 15 unidades.
- (B) 12 unidades.
- (C) 9 unidades.
- (D) 6 unidades.
- (E) 3 unidades.

12. Uma loja tem apenas dois vendedores: Ana e Roberto. A tabela a seguir apresenta a participação de cada um deles nas vendas efetuadas em 5 dias da semana anterior.

	Ana	Roberto
segunda-feira	25%	75%
terça-feira	62%	38%
quarta-feira	32%	68%
quinta-feira	80%	20%
sexta-feira	50%	50%

Assinale a alternativa que contém uma afirmação necessariamente verdadeira, relacionada às informações apresentadas.

- (A) Nos 5 dias, o valor total, em reais, das vendas feitas por Ana foi maior que o valor total, em reais, das vendas feitas por Roberto.
- (B) Nos 5 dias, o valor total, em reais, das vendas feitas por Roberto foi maior que o valor total, em reais, das vendas feitas por Ana.
- (C) Na segunda-feira, o valor total, em reais, das vendas feitas por Ana correspondeu a um terço do valor total, em reais, das vendas feitas por Roberto.
- (D) O valor total, em reais, das vendas feitas por Roberto, na sexta-feira, foi o dobro do valor total, em reais, das vendas feitas por Ana, na segunda-feira.
- (E) O valor total, em reais, das vendas feitas por Ana, na terça-feira, foi menor que o valor total, em reais, das vendas feitas por ela mesma, na quinta-feira.

13. Os alunos de uma turma foram divididos em 3 grupos: o primeiro grupo, contendo a terça parte do número total de alunos desta turma; o segundo grupo, contendo três quintos dos alunos que não fazem parte do primeiro grupo; e o terceiro grupo, contendo os demais 8 alunos. O número de alunos que participam do segundo grupo é
- (A) 9.
 - (B) 10.
 - (C) 11.
 - (D) 12.
 - (E) 13.
14. Com o dinheiro que tem disponível, uma pessoa compra 12 unidades de certo produto e recebe R\$ 6,40 de troco. Se ela comprasse apenas 10 unidades, sobrariam R\$ 62,00. Se uma pessoa comprar apenas 3 unidades desse produto e pagar com uma nota de R\$ 100,00, deverá receber, de troco, o valor de
- (A) R\$ 16,50.
 - (B) R\$ 16,60.
 - (C) R\$ 16,70.
 - (D) R\$ 16,80.
 - (E) R\$ 16,90.
15. Mariana comprou os produtos A e B em uma promoção. O produto A estava com desconto de 10% sobre o preço normal de venda, de R\$ 120,00, e o produto B, com desconto de 20% sobre o preço normal de venda, de R\$ 180,00. O desconto total que Mariana teve nessa compra, comparado ao valor que pagaria se os produtos não estivessem na promoção e fossem comprados pelo preço normal de venda, correspondeu a:
- (A) 9%
 - (B) 16%
 - (C) 24%
 - (D) 30%
 - (E) 41%
16. No início do ano letivo anterior, a média das idades dos 20 alunos de uma turma era de 7,8 anos. Passado um mês, mais alguns alunos foram matriculados nessa turma, sendo 3 alunos com idades de 7 anos, e 2 alunos com idades de 8 anos. Se, no período em questão, nenhum dos 20 alunos inicialmente matriculados fez aniversário, então é correto afirmar que, após a matrícula dos 5 alunos, a média de idade dos alunos daquela turma passou a ser de
- (A) 7,72.
 - (B) 7,66.
 - (C) 7,60.
 - (D) 7,54.
 - (E) 7,48.

17. Três impressoras iguais, trabalhando ao mesmo tempo e com capacidade máxima de impressão, imprimem certa quantidade q de folhas em 4 horas de trabalho ininterrupto. Sendo assim, para a impressão da terça parte da quantidade q de folhas, por apenas 2 dessas impressoras, nas mesmas condições de trabalho, o tempo estimado é de
- (A) 1 hora e 30 minutos.
(B) 1 hora e 45 minutos.
(C) 2 horas e 00 minuto.
(D) 2 horas e 15 minutos.
(E) 2 horas e 30 minutos.
18. Um pedaço retangular de cartolina tem 960 cm^2 de área. Se a diferença entre as medidas do maior e do menor lados do pedaço de cartolina é igual a 2 cm, então seu perímetro é de
- (A) 132 cm.
(B) 130 cm.
(C) 128 cm.
(D) 126 cm.
(E) 124 cm.
19. Um peso de papel tem formato de paralelepípedo reto retangular, com altura de 5 cm e volume de 240 cm^3 . Sabendo-se que, na base desse peso de papel, a menor aresta mede $\frac{3}{4}$ da medida da maior aresta, é correto afirmar que a diferença entre as medidas dessas arestas é de
- (A) 1,0 cm.
(B) 1,5 cm.
(C) 2,0 cm.
(D) 2,5 cm.
(E) 3,0 cm.
20. Em uma turma de 4º ano, a razão entre o número de alunos e de alunas matriculados era igual a $\frac{3}{4}$, e a diferença entre os números de alunas e de alunos era 4. Se nessa turma houvesse uma aluna a menos matriculada, a razão em questão seria igual a:
- (A) $\frac{4}{5}$
(B) $\frac{5}{6}$
(C) $\frac{6}{7}$
(D) $\frac{7}{8}$
(E) $\frac{8}{9}$

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E LEGISLAÇÃO

21. Alarcão (2003) afirma que a formadora Idália Sá-Chaves tem se dedicado à prática e à teorização de certa estratégia formativa que adota uma abordagem reflexiva para a formação de professores. Para Sá-Chaves, essa estratégia formativa apresenta, entre outras, algumas contribuições, pois promove nos participantes o desenvolvimento reflexivo, tanto ao nível cognitivo quanto metacognitivo, garante mecanismos de aprofundamento conceitual continuado, por meio do uso de *feedback* entre os participantes das comunidades de aprendizagem, além de “estimular a originalidade e criatividade individuais no que se refere aos processos de intervenção educativa, aos processos de reflexão sobre ela e à sua explicitação, através de vários tipos de narrativa”.

Segundo Alarcão, a formadora Sá-Chaves designa essa estratégia formativa como

- (A) diário de classe conceitual oficial.
 - (B) anedotários pedagógicos.
 - (C) portfólios reflexivos.
 - (D) currículo oculto.
 - (E) dossiê de aferição metacognitivo.
22. Em *Com todas as letras*, Ferreira (2000) descreve algumas experiências alternativas de alfabetização que utilizam como informação básica as descobertas sobre a psicogênese da língua escrita na criança.

Segundo a autora, essas experiências compartilham algumas propostas fundamentais sobre o processo de alfabetização e, de acordo com Ferreira, uma dessas propostas fundamentais é a seguinte:

- (A) para ocorrer o avanço na hipótese de escrita, deve-se realizar de forma contínua e imediata a correção gráfica e ortográfica nos textos produzidos pelas crianças.
- (B) a criança deve ser muito valorizada, e por isso, acredita-se que ela é capaz e que, de imediato, compreenderá a relação entre a escrita e a linguagem.
- (C) a criança necessita de pré-requisitos e habilidades específicas antes de aprender a língua escrita, ela deve, por exemplo, reconhecer diferenças entre sons semelhantes.
- (D) os “materiais para alfabetizar” ou cartilhas devem ser ofertados diariamente às crianças, pois facilitam a leitura crítica e não apresentam dificuldades ortográficas.
- (E) desde o início (inclusive na pré-escola), aceita-se que todos na escola podem produzir e interpretar escritas, cada qual em seu nível.

23. Em *Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário*, Lerner (2002) ressalta a importância das modalidades organizativas para a organização do tempo didático.

De acordo com a autora, é correto afirmar que as “atividades habituais”

- (A) oferecem contextos nos quais a leitura ganha sentido e aparece como uma atividade complexa, cujos diversos aspectos se articulam para a realização de um propósito, também permitem organização flexível do tempo, dão a oportunidade de planejar com os alunos as tarefas e preveem, obrigatoriamente, um produto final.
- (B) são propostas que ocorrem ocasionalmente, sem prazos ou datas predefinidos e propõem a leitura de um artigo jornalístico, poema ou conto interessante, embora pertença a um gênero, ou trate de um tema que não tem correspondência com as atividades que estão sendo realizadas naquele momento ou na rotina do grupo.
- (C) têm duração limitada apenas a duas semanas de aula, no início do ano letivo, e incluem atividades coletivas, grupais e individuais; estão direcionadas para ler com as crianças diferentes exemplares de um mesmo gênero ou subgênero, diferentes obras de um mesmo autor ou mesmo tema.
- (D) se reiteram de forma sistemática e previsível, uma vez por semana ou por quinzena, durante vários meses ou ao longo de todo ano escolar, oferecem a oportunidade de interagir com um gênero determinado em cada ano da escolaridade e são apropriadas para comunicar certos aspectos do comportamento leitor.
- (E) são esporádicas e apresentam relação direta com os propósitos didáticos e com os conteúdos que estão sendo trabalhados, porque permitem sistematizar os conhecimentos linguísticos adquiridos, por exemplo, após a leitura de uma sequência de fábulas, propor uma atividade para estudar a ortografia no texto.

24. Gandin (2011), em *Planejamento como prática educativa*, a respeito da elaboração de um plano (projeto político-pedagógico) afirma que

“Numa escola, por exemplo, elaborar um marco _____ significa propor (escolher ou compor) um tipo de educação, traçar linhas gerais de organização da escola (governo, participação...), definir enfoques ou prioridades que serão sublinhados no período do plano, tudo em coerência com o marco _____ e para realizar os ideais nele traçados.”

Assinale a alternativa que completa, de acordo com o autor, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) operativo ... doutrinal
- (B) situacional ... transversal
- (C) referencial ... disciplinar
- (D) doutrinal ... espacial
- (E) moral ... comportamental

25. Para Zabala (1998) “a tipologia dos conteúdos pode nos servir de instrumento para definir as diferentes posições sobre o papel que deve ter o ensino. Portanto, num ensino que propõe a formação integral a presença dos diferentes tipos de conteúdos estará equilibrada”.

Em relação à tipologia dos conteúdos, segundo Zabala, é correto afirmar que conteúdo

- (A) técnico-transmissivo se refere a princípios e temas abstratos que requerem uma compreensão do significado e um processo de elaboração pessoal e, para esse tipo de conteúdo, faz-se necessário promover atividades que permitam verificar os conhecimentos prévios dos alunos.
- (B) atitudinal engloba uma série de conteúdos que, por sua vez, podemos agrupar em valores, atitudes e normas, sendo que cada um desses grupos tem natureza suficientemente diferenciada que necessitará, em dado momento, de uma aproximação mais específica.
- (C) factual passivo é o desenvolvimento de capacidades mentais como: a atenção, a motivação, a memória e o raciocínio, sendo que essas capacidades são ativadas no indivíduo durante o processo de ensino e são, ao mesmo tempo, condição para aquisição e para aplicação dos conhecimentos.
- (D) procedimental é definido como o conhecimento dos acontecimentos, situações, fatos, dados e fenômenos concretos e singulares tais como: nomes, códigos, datas e acontecimentos históricos, sendo que o caráter descritivo e concreto são os traços definidores desse tipo de conteúdo.
- (E) conceitual inclui as regras, as técnicas, os métodos, as destrezas ou habilidades e estratégias, ou seja, é um conjunto de ações ordenadas e com um fim, isto é, conteúdos conceituais são ações dirigidas como ler, observar, calcular e classificar, visando a realização de um objetivo.

26. Freitas *et alii* (2014) afirmam que a avaliação de larga escala de redes de ensino precisa ser articulada com a avaliação institucional e de sala de aula.

De acordo com os autores, “a avaliação de sistema é um instrumento importante para monitoração das políticas públicas e seus resultados devem ser encaminhados, como subsídio, à escola” para que

- (A) os pais tenham elementos para comparar as escolas e escolher a de sua preferência, e que os Conselhos escolares, mediante os resultados e bonificações (verbas) recebidas pela escola devido as avaliações, realizem mudanças na instituição e na equipe escolar.
- (B) os gestores escolares possam definir com clareza as competências e habilidades dos professores no ensino de cada conteúdo ou ano/série, e que atribuam as classes ou aulas, no ano seguinte, de modo adequado, baseando-se no perfil do docente.
- (C) dentro de um processo de avaliação institucional, na escola possam consumir estes dados, validá-los e encontrar formas de melhoria; assim, a avaliação institucional fará a mediação e dará subsídio para avaliação de sala de aula, conduzida pelo professor.
- (D) professores e gestores sejam responsabilizados administrativamente pelos resultados da avaliação institucional e de sala de aula, pois quando turmas de uma mesma escola apresentam desempenhos diferentes, evidencia-se deficiência no processo de ensino.
- (E) constituam com as notas um banco de dados objetivo e neutro a respeito do estudante, de forma que os resultados subsidiem o seu acompanhamento e sua avaliação no Conselho de Classe, na compensação de ausências e na reclassificação.

27. Freire (1996), ao afirmar que *Ensinar exige a apreensão da realidade*, defende que “a nossa capacidade de aprender, de que decorre a de ensinar, sugere ou, mais do que isso, implica a nossa habilidade de *apreender a substantividade do objeto aprendido*”. De acordo com Freire a respeito desse tema, é correto afirmar que

- (A) uma das etapas para apreender a substantividade do objeto, diz respeito à etapa da memorização mecânica do perfil do objeto ou do conteúdo.
- (B) é por causa dessa habilidade de apreender a substantividade do objeto que nos é possível reconstruir um mau aprendizado.
- (C) no processo da apreensão do conhecimento, o aprendiz assume o papel de um paciente, o qual recebe a transferência do objeto ou do conteúdo.
- (D) o ato de ensinar se esgota no tratamento do objeto ou do conteúdo, assim, o professor deve levar o educando a apreender o objeto de forma heterônoma.
- (E) a rigorosidade metódica deve ser abolida pelo professor, para que o educando apreenda a substantividade do objeto espontaneamente e sem intervenções.

28. Na perspectiva de Luckesi (2011), em *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*, para que a avaliação sirva à democratização do ensino e cumpra uma perspectiva diagnóstica, entre outras ações, a avaliação diagnóstica
- (A) deve ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, visando tomar decisões suficientes e satisfatórias para que o aluno possa avançar no processo de aprendizagem.
 - (B) estabelece que a escola necessita trabalhar com a média de notas tiradas pelos alunos, evitando estabelecer padrões mínimos de aprendizagem; desse modo, mantém-se neutralidade e rigor técnico na avaliação.
 - (C) requer que os instrumentos utilizados para avaliação sejam suprimidos do contexto educativo, utilizando-se para avaliação, unicamente, as conversas informais com o estudante e os registros da aula em seu caderno.
 - (D) determina que o docente não deve estabelecer padrões de expectativa em relação à aprendizagem dos alunos ou definir objetivos instrucionais, pois cada estudante apresenta um ritmo próprio de aprendizagem.
 - (E) pressupõe que a sua adoção pela escola deve contribuir tanto para a aprovação ou reprovação dos estudantes, como também para a classificação e para autocompreensão do aluno.
29. Em *Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano*, Maturana e Zöller (*in*: Maturana *et alii*, 2004) afirmam que: “na criança, a consciência individual surge com o desenvolvimento de sua consciência corporal, quando ela
- (A) reduz o seu interesse em brincar e aprende a ler e escrever, pois assim ela compreendeu que o estudo é necessário para o seu futuro promissor.”
 - (B) vivencia jogos educativos na escola, sendo que a criança deve ter a consciência de que está jogando com foco em apreender determinados conteúdos.”
 - (C) confirma a sua existência como ser único e apresenta intenso confronto, antagonismo e resistência em relação aos seus pais, colegas e professores.”
 - (D) realiza brincadeiras simbólicas juntamente com brincadeiras competitivas, pois é nessas brincadeiras que a criança compete, imita e se prepara para o futuro.”
 - (E) aprende seu corpo e o aceita como seu domínio de possibilidades, ao aprender a viver consigo mesma e com os outros na linguagem.”
30. Segundo Morin (2003), “a supremacia do conhecimento fragmentado de acordo com as disciplinas impede frequentemente que se opere o vínculo entre as partes e a totalidade e deve ser substituída por um modo de conhecimento capaz de apreender os objetos em seu contexto, sua complexidade, seu conjunto”. Para o autor, “existe uma inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre, de um lado, os saberes desunidos, divididos, compartimentados e, de outro lado, as realidades ou os problemas cada vez mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários”.
- De acordo com Morin, a educação deverá tornar evidente: o contexto, o global, o multidimensional, o complexo, para
- (A) ensinar a identidade terrena.
 - (B) superar a cegueira do conhecimento: o erro e a desilusão.
 - (C) enfrentar as certezas.
 - (D) que o conhecimento seja pertinente.
 - (E) disseminar a ética do gênero humano.
31. Segundo Martha Kohl de Oliveira (1995), Vygotsky trabalha um domínio da atividade infantil que tem explícita relação com o desenvolvimento, que é “o brinquedo”, sendo que quando o autor discute sobre o brinquedo, está se referindo à brincadeira de “faz de conta”. A esse respeito, tendo como referência a obra de Vygotsky, Oliveira afirma que:
- (A) na brincadeira, a criança une objeto e significado e, ao mesmo tempo, a criança comporta-se no brinquedo de forma mais atrasada do que nas atividades da vida real e, por isso, cabe à escola desenvolver a maturidade infantil.
 - (B) ao brincar com um tijolinho de madeira como se fosse um carrinho, por exemplo, a criança se relaciona com o significado em questão (a ideia de carro), e não com o objeto concreto que tem nas mãos.
 - (C) o brinquedo cria *zona de desenvolvimento proximal* (ZDP) na criança apenas quando ela participa de jogos com regras tradicionais, como a amarelinha; por outro lado, a criação da situação imaginária pela criança não cria uma ZDP.
 - (D) numa situação de brincadeira de faz de conta, a criança de seis anos, por exemplo, é levada a agir pelos elementos reais concretamente presentes, onde o significado é definido, necessariamente, pelo uso real dos objetos.
 - (E) o brinquedo ou a brincadeira de faz de conta são situações desprovidas de regras; em uma brincadeira de escolinha, por exemplo, as atividades desenvolvidas não correspondem àquelas ocorridas em uma escola real.

32. A equipe docente de uma escola municipal de ensino fundamental escreveu e apresentou um documento que, segundo Menegolla & Sant'Anna (citados por Padilha, 2017), "é um instrumento para sistematizar a ação concreta do professor, a fim de que os objetivos da disciplina sejam atingidos. É a previsão dos conhecimentos e conteúdos que serão desenvolvidos na sala de aula, a definição dos objetivos mais importantes, assim como, a seleção dos melhores procedimentos e técnicas de ensino, como também, dos recursos humanos e materiais que serão usados para um melhor ensino e aprendizagem".
- De acordo com os autores, esse instrumento é denominado
- (A) plano nacional de educação.
- (B) currículo oficial (projeto político-pedagógico).
- (C) planejamento regional dos conteúdos.
- (D) plano de disciplina.
- (E) diretrizes curriculares.
33. Em *Compreender e ensinar: por uma docência de melhor qualidade*, Rios (2001) defende que para ser cidadão é necessário que o indivíduo tenha acesso ao saber historicamente acumulado e que possa, continuamente, recriar esse saber. Eis aí uma demanda da escola: "desenvolver seu trabalho no sentido de colaborar na construção da cidadania democrática." Se a escola "se identifica com a possibilidade de instalação de uma vida digna e feliz para todos, pode-se dizer de outro modo o que se acabou de afirmar: *a escola é um lugar de construção da felicidade*". Para Rios, entre outras ações, construir *felicidade*, na ação docente, é
- (A) ofertar uma escola de "qualidade total", para todos os estudantes matriculados e, ainda, respeitar os interesses e ritmos dos alunos, evitando intervenções.
- (B) promover a igualdade e a anomia por meio da oferta do acesso ao conhecimento construído historicamente e valorizar a concepção de ensino hipertrofiada da razão.
- (C) instalar na escola e na aula uma instância de comunicação criativa e, ainda, criar espaço, no cotidiano da relação pedagógica, para a afetividade e a alegria.
- (D) transmitir conhecimentos para que o estudante possa desenvolver "competências", visando atender ao mercado de trabalho, ampliando, assim, a empregabilidade futura.
- (E) fomentar a fragmentação do conhecimento e facilitar a aprendizagem, adotando um ensino baseado em projetos e rejeitando categoricamente a disciplinaridade.
34. Em *gêneros textuais & ensino* (in: Dionísio, Machado, Bezerra orgs., 2005), Marcuschi apresenta a distinção entre gênero e tipo textual. De acordo com o autor, a esse respeito é correto afirmar que
- (A) usamos a expressão gênero textual para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Exemplo: descrição.
- (B) empregamos a expressão tipo textual como noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que utilizamos diariamente e que apresentam características sociocomunicativas específicas, como os rótulos e os bilhetes.
- (C) os gêneros textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias e entre elas está a narração, a argumentação, a exposição e a injunção; além disso, apresentam traços que formam uma sequência, e não um texto.
- (D) os gêneros textuais se caracterizam como formas estruturais estáticas e definidas uma vez por todas; por exemplos, a narrativa, o poema, a descrição e a receita apresentam características específicas, pre-determinadas e estáveis.
- (E) a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual e os gêneros textuais são inúmeros, sendo que alguns exemplos de gêneros textuais são: telefonema, carta pessoal, romance, horóscopo e reportagem jornalística.
35. Veiga (2011) afirma que a análise dos elementos constitutivos do projeto político-pedagógico traz contribuições relevantes para a sua construção. E entre esses elementos estão: a estrutura organizacional, as finalidades da escola, a avaliação e o currículo. De acordo com a autora, é correto afirmar que "currículo
- (A) se refere à organização do conhecimento escolar, é neutro, e deve abordar a transmissão dos conhecimentos produzidos e as formas de assimilá-los."
- (B) implica, necessariamente, a interação entre sujeitos que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente."
- (C) é técnico e predefinido, visto que independe do contexto social e histórico, e deve garantir ensino de qualidade, isento de qualquer tipo de ideologia."
- (D) deve adotar organização hierarquizada do conhecimento (conteúdo) e das disciplinas, para que o aluno aprenda primeiro os temas mais fáceis."
- (E) é fixo, determina a simplificação do conhecimento científico e deve se adequar às faixas etárias e aos interesses dos alunos."

36. Em *Diálogo entre ensino e aprendizagem*, Weisz (2002) afirma que para terem valor pedagógico e serem consideradas boas situações de aprendizagem, as atividades propostas devem reunir algumas condições e respeitar alguns princípios.

De acordo com a autora, um desses princípios é o seguinte:

- (A) o conhecimento é interiorizado através dos sentidos e ativado pela ação física e perceptual, pois o conhecimento está “fora” dos sujeitos.
- (B) a informação deve ser oferecida de forma mais simples possível, uma de cada vez, para não confundir aqueles que aprendem.
- (C) o processo de ensino é baseado na cópia, no ditado, na memorização e na memória de curto prazo, acelerando o processo de alfabetização.
- (D) os alunos devem escrever “do seu jeito”, e o professor precisa esquivar-se de corrigir ou intervir com informações que interfiram na hipótese de escrita.
- (E) os alunos têm problemas a resolver e decisões a tomar em função do que se propõem produzir.

37. Hoffmann (2012) descreve o cenário de uma sala de aula com crianças de dois a três anos no ambiente da Educação Infantil: “uma professora lê um livro para quatro crianças, enquanto a outra professora da sala participa de uma brincadeira de casinha com duas meninas. Um dos meninos pede a uma delas para ir ao banheiro, enquanto uma funcionária informa, nesse momento, que o lanche está servido na sala ao lado. Elas cuidam, orientam, observam, conversam, chamam a atenção de dois meninos que brigam, organizam brinquedos, sem tirar os olhos de nenhuma das quinze crianças do grupo”. De acordo com Hoffmann, essa cena revela dois princípios que norteiam a avaliação na concepção mediadora, e um destes é o princípio

- (A) da definição prévia de objetivos: deve-se estabelecer metas observáveis, prever lista de comportamentos e habilidades que as crianças devem alcançar; assim, as metas como “não brigar” ou “ouvir a história em silêncio” poderão ser avaliadas.
- (B) da disciplina: a evolução das crianças da autonomia para heteronomia se dá por meio da intervenção e autoridade dos adultos com quem convivem; elas internalizam valores morais e condutas sociais por meio das regras exteriores e da obediência.
- (C) da espontaneidade: dando liberdade para que cada criança faça suas escolhas, cabendo ao professor registrar todas as ações espontâneas das crianças, sem intervir ou rotular, com a única intenção de descrever as ações, de forma fidedigna e neutra.
- (D) da mediação: a intenção de desenvolver estratégias pedagógicas desafiadoras, de modo que as crianças evoluam em todas as áreas do conhecimento, seguras e com iniciativa para inventar, descobrir e experimentar.
- (E) do acompanhamento: na avaliação mediadora, é necessário permanecer atento ao processo de maturação e desenvolvimento de cada criança; nesse contexto, avaliar é julgar e acompanhar o percurso infantil, com a intenção de diagnosticar capacidades.

38. A Resolução CEB/CNE nº 5 de 2009 define que “a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças”. De acordo com o artigo 8º, parágrafo primeiro da referida Resolução, entre outros itens, “na efetivação desse objetivo, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

- (A) a divisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, étnica, socioeconômica e estética das crianças.”
- (B) o acesso das crianças, na educação infantil, unicamente, a brinquedos estruturados e materiais industrializados e que apresentam selo de certificação de segurança.”
- (C) a educação em sua parcialidade, entendendo o cuidado como algo necessário e dissociável do processo educativo.”
- (D) o reconhecimento das especificidades e divisão dos segmentos etários, promovendo tão somente, interações ou atividade conjunta entre crianças da mesma turma ou mesma faixa etária.”
- (E) o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação.”

39. O pai de uma criança matriculada em uma escola de ensino fundamental do município de Sorocaba dirigiu-se à Secretaria de Educação do Município e afirmou que sua filha estava sendo vítima de “tratamento cruel e degradante” na escola.

A Lei nº 8.069/1990, *Estatuto da Criança e do Adolescente*, artigo 18A, inciso segundo, define como “tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que:

- (A) humilhe; ou ameace gravemente; ou ridicularize.”
- (B) resulte em castigo físico e abuso sexual.”
- (C) cause lesão e gere escoriações e *bullying*.”
- (D) promova castigos físicos que gerem ferimentos graves.”
- (E) através do uso da força, acarrete machucados e traumatismos.”

40. A Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, define, em seu artigo 3º (terceiro), que o ensino será ministrado com base em alguns princípios e entre eles estão:
- (A) cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos pelo calendário escolar federal; investimento no profissional da educação.
 - (B) valorização da experiência extra-escolar; a garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
 - (C) educação infantil, obrigatória e gratuita, às crianças desde o nascimento até cinco anos de idade; pluralismo de ideias e de estratégias pedagógicas.
 - (D) atendimento educacional gratuito especializado aos educandos com deficiência, obrigatoriamente na rede regular de ensino; garantia de padrão mínimo de qualidade.
 - (E) oferta de educação escolar gratuita, regular e noturna para jovens e adultos; recenseamento bial das crianças e dos adolescentes em idade escolar.
41. A Lei nº 13.146, de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (*Estatuto da Pessoa com Deficiência*), prevê, no artigo 28, inciso dezesseis, que “incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:
- (A) oferta, obrigatória e gratuita, de transporte escolar, da residência do aluno com deficiência ou Transtornos Globais do Desenvolvimento até o respectivo estabelecimento de ensino, e deste até a sua residência.”
 - (B) promoção de atendimento educacional especializado a ser realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola de ensino regular, no turno de escolarização do estudante com deficiência, sendo substitutivo às classes comuns.”
 - (C) garantia ao aluno deficiente, da oferta de um professor auxiliar, para atendimento individualizado, que deverá realizar a recepção do aluno na escola, acompanhá-lo durante todo o período letivo e ao término das atividades, conduzi-lo até o portão.”
 - (D) acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino.”
 - (E) oferta de bolsa de estudos em instituições de ensino privadas, de alto desempenho, aos alunos da rede pública com diagnóstico de altas habilidades/superdotação, que apresentam elevado potencial intelectual e acadêmico.”
42. O documento *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva* (Brasil, 2008) prevê que “o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.” De acordo com o referido documento, “a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga
- (A) a permanência e a equidade, pois as escolas já adotam a progressão automática para os alunos com deficiência, ainda que apresentem baixo desempenho nas atividades escolares, tendo em vista que esses alunos não conseguem acompanhar a turma.”
 - (B) igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.”
 - (C) alunos sem deficiência juntamente com os alunos com deficiência na escola comum, de modo a promover a prática integracionista e de integração instrucional entre os alunos “de inclusão” e os demais alunos na instituição de ensino regular.”
 - (D) táticas discriminatórias com a busca de alternativas para superá-las, posto que a educação inclusiva ainda assume um espaço central no debate da sociedade, tendo em vista que muitos pais e alunos das escolas regulares ainda resistem à inclusão.”
 - (E) o paradoxo inclusão e ensino, pois a inclusão do aluno na escola regular encontra algumas barreiras, e uma delas é a falta de conhecimento dos professores a respeito da deficiência específica do aluno e o modo certo de ensinar para cada tipo de deficiência.”
43. A Lei municipal nº 4.599/1994, alterada pela Lei municipal nº 8.119/2007, que *Estabelece o quadro e o plano de carreira do quadro do magistério público municipal de Sorocaba* define que a jornada de trabalho do professor de Educação Básica I (PEB I) é constituída de horas-aula e horas de trabalho pedagógico – (HTP). De acordo com o artigo 29, nas unidades de educação básica, os ocupantes de cargo ou de função especial de docente ficarão, entre outras, sujeitos à seguinte jornada semanal de trabalho:
- (A) 26 (vinte e seis) horas-aula e 15 (quinze) HTP correspondentes, para o PEB I, atuando com educandos atendidos em período parcial na Educação Infantil.
 - (B) 25 (vinte e cinco) horas-aula e 16 (dezesseis) HTP correspondentes, para o PEB I, atuando com educandos atendidos em período integral na Educação Infantil.
 - (C) 40 (quarenta) horas-aula e 10 (dez) HTP correspondentes, para o PEB I, atuando com crianças atendidas no ensino fundamental, na educação em período integral.
 - (D) 25 (vinte e cinco) horas-aula e 07 (sete) HTP correspondentes, para o PEB I, atuando com jovens e adultos atendidos em período noturno.
 - (E) 23 (vinte e três) horas-aula e 12 (doze) HTP correspondentes, para o PEB I, atuando com educandos atendidos no Ensino Fundamental.

44. A Resolução CNE/CP nº 2/2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, prevê, em seu artigo 8º, parágrafo primeiro, que “os currículos devem incluir a abordagem, de forma transversal e integradora, de temas exigidos por legislação e normas específicas, e temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania”, sendo que, deverá ser observada a obrigatoriedade, entre outros, de temas tais como os direitos das crianças e adolescentes, a educação ambiental e a educação em direitos humanos, “bem como o tratamento adequado da temática da diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica, na perspectiva
- (A) da eliminação dos conflitos na escola, evitando o confronto das diferentes visões de mundo e as divergências entre os estudantes.”
 - (B) da implementação do mito da democracia racial e da superação do racismo e da ideologia do branqueamento, que atinge apenas os negros e os povos indígenas.”
 - (C) da tolerância à diversidade cultural, social e religiosa, promovendo o proselitismo, com ensino de qualidade e de natureza confessional, em todas as escolas do país.”
 - (D) de mudar o foco etnocêntrico do currículo, por um foco africano, valorizando também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas brasileiros.”
 - (E) do desenvolvimento de práticas educativas ancoradas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira.”
45. De acordo com as *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*, Resolução nº 1/2012, artigo 3º (terceiro), “a Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social”, fundamenta-se, entre outros, nos seguintes princípios:
- (A) promoção da prosperidade e do bem-estar; uso saudável e responsivo das tecnologias da informação; incremento das mudanças climáticas.
 - (B) igualdade de direitos; educação de qualidade em período integral; consumo e produção responsáveis.
 - (C) valorização das diferenças e das diversidades; igualdade de gênero; minoração da educação básica.
 - (D) sustentabilidade socioambiental; laicidade do Estado; democracia na educação; dignidade humana.
 - (E) disciplina e localidade; erradicação da pobreza; água potável e energia limpa para todos; abstenção da equidade.
46. O Decreto Municipal nº 22.120/2015, que dispõe sobre a regulamentação de estágio probatório, determina, em seu artigo 2º (segundo):
- (A) O Estágio Probatório é composto de três fases, cada uma de doze meses, contadas a partir do primeiro dia de efetivo exercício, sem as quais, devidamente cumpridas e com aprovação, o servidor não alcançará a estabilidade.
 - (B) Durante todo o período do Estágio Probatório, somente poderá ocorrer remoção até duas vezes, a critério da chefia imediata, obrigatoriamente, nos quatro primeiros meses da primeira fase, quando a chefia deverá justificar por escrito o motivo da remoção.
 - (C) Ao término de cada fase de acompanhamento do Estágio Probatório, a chefia mediata e a Comissão Permanente de Avaliação de Estágio Probatório – CAESP deverão trocar informações acerca dos resultados obtidos, para identificação de providências quanto à necessidade de imediata exoneração do servidor.
 - (D) A Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório será empregada de forma diferenciada aos servidores com deficiência, levando-se em consideração as restrições médicas que constem em seu laudo pré-admissional e podendo este servidor obter o resultado “Aprovado com Restrição” em todas as fases.
 - (E) A Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório deverá ser assinada pelo servidor e, caso ocorra discordância, este deverá protocolar pedido de recurso, em período de até cinco dias, junto à Comissão Permanente de Avaliação de Estágio Probatório – CAESP.
47. A Deliberação CMESO nº 02/1999 que fixa *Normas sobre a operacionalização da avaliação pela escola para classificação e reclassificação de alunos das escolas da Rede Municipal de Ensino* define, em seu artigo 3º (terceiro), que, na classificação sem a escolarização anterior, são necessárias, entre outras, a seguinte medida:
- (A) requisição de reclassificação exclusivamente em janeiro e realização da prova no primeiro dia letivo; e, ainda, que haja fatos relevantes, está proibida qualquer excepcionalidade de requisição e reclassificação em outra época.
 - (B) solicitação do próprio aluno ou responsável, por meio de requerimento protocolado dirigido ao Secretário da Educação do município, indicando a escola, mas sem indicar a série em que pretende a matrícula.
 - (C) avaliação do grau de desenvolvimento e maturidade do candidato para cursar a série pretendida: por comissão formada por três docentes e/ou profissionais de Suporte Pedagógico, e Conselho de Classe/Série.
 - (D) emissão de parecer conclusivo do supervisor escolar, emitido em até vinte dias subsequentes à interposição do pedido, devendo ser assinado pela comissão docente, pelo diretor de escola e pelo Secretário da Educação.
 - (E) informatização do arquivo através de microfilmagem de todo o fluxo: do requerimento, prova, parecer e matrícula, sendo que esses dados deverão ser incluídos no sistema informatizado da Secretaria Municipal de Educação.

48. De acordo com a Deliberação CMESO nº 01/2001, “caberá à direção da escola de ensino fundamental e médio dar ampla divulgação aos alunos, pais ou responsáveis, dos critérios e procedimentos da verificação do rendimento escolar, da regularidade da oferta da recuperação e reforço, bem como o direito de recorrer do resultado das avaliações por eles considerados injusto.” E de acordo com o artigo 4º (quarto) da referida Deliberação: “Compete ao professor responsável
- (A) considerar as informações obtidas na apuração do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e de outros instrumentos de avaliação externa e interna, para definir as notas parciais e finais dos estudantes matriculados nas turmas em que leciona.”
 - (B) o registro sistemático dos procedimentos avaliativos, considerando também a assiduidade dos alunos, bem como informações sobre o aproveitamento escolar, as dificuldades apresentadas pelo mesmo para atingir os objetivos propostos e as estratégias para superá-las.”
 - (C) informar bimestralmente aos responsáveis pelos alunos com dificuldades, mediante termo de ciência assinado, sobre as atividades individualizadas de recuperação contínua e paralela, sobre o currículo adaptado, probabilidade de reprovação e os dias e processo de avaliação voltados para o estudante.”
 - (D) participar das atividades de capacitação oferecidas para a sua qualificação, que possam contribuir para a aprendizagem de métodos de ensino, avaliação e sequências de exercícios, a fim de criar metas e melhorar o desempenho e os resultados dos seus alunos nas avaliações internas e externas.”
 - (E) planejar e desenvolver, com os outros profissionais da escola, como: coordenador pedagógico, psicopedagogo e professor de educação especial, as atividades pedagógicas para os alunos que apresentam necessidade de atendimento diferenciado e encaminhá-los para tratamento de saúde.”
49. A Deliberação CMESO nº 01/2007, que dispõe sobre o atendimento a alunos cujo estado de saúde recomende atividades especiais de aprendizagem e avaliação escolar, prevê em seu artigo 2º (segundo), parágrafo 3º (terceiro), que
- (A) estão contemplados por essa Deliberação, os casos de alterações de saúde que comprometam a frequência de alunos às atividades escolares, superiores a 10 (dez) dias úteis, ou que possam representar riscos à saúde física ou mental no contato com os demais elementos da comunidade escolar.
 - (B) o interessado ou seu representante legal apresentará à direção, comprovante emitido obrigatoriamente por profissional do sistema público de saúde, em papel timbrado, com Código da Classificação Internacional de Doenças (CID), atestando o motivo da exceção e a duração do afastamento.
 - (C) caberá à supervisão escolar, à vista da documentação apresentada, deferir o requerimento, indicando no despacho manifestação favorável ou desfavorável ao afastamento, e orientar os procedimentos pedagógicos cabíveis e adequados à situação.
 - (D) a escola estabelecerá Plano Especial para atendimento do aluno, com recursos já constantes em seu Regimento, tais como: compensação de ausências, trabalhos de pesquisas, avaliações especiais orais e escritas, considerando o tempo que o aluno dedicará aos estudos.
 - (E) caberá ao professor acompanhar de forma remota as atividades realizadas pelo aluno afastado, devendo fazer uso das horas de trabalho pedagógico (HTP), para entrar em contato com o estudante por intermédio dos meios e equipamentos disponíveis na escola e acessíveis ao aluno.
50. A Deliberação CMESO nº 02/2009 prevê que “a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias” e será pautada em alguns princípios. Um desses princípios é definido como: “a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica.”
- De acordo com a referida Deliberação, artigo 3º e inciso terceiro, essa definição refere-se ao princípio denominado
- (A) competência.
 - (B) diferença.
 - (C) proporcionalidade.
 - (D) estético.
 - (E) político.

